

2007

Uma Ficção Científica

(na verdadeira acepção do termo)

Conferência "O Fim da Antropologia"
UTAD-Miranda do Douro
10 Maio 2007

Miguel Vale de Almeida

MIGUELVALEDEALMEIDA.NET

2007



Uma ficção científica (na verdadeira acepção do termo)

Miguel VALE DE ALMEIDA

Antropologia-ISCTE e CEAS
mvda@netcabo.pt

Uma ficção científica

Imaginemos um cenário de ficção científica na verdadeira acepção do termo, isto é, partindo duma premissa de radical mudança das condições presentes, imaginando assim um futuro – ou, em rigor, uma ucronia – em que a diferença absoluta nos fala, afinal de contas, do conhecido, do semelhante, do próximo, do quotidianamente inquestionado. A premissa seria esta: subitamente, os departamentos de antropologia, os centros de investigação em antropologia, as linhas de financiamento para a antropologia, as revistas especializadas em antropologia, os sites na internet dedicados à antropologia – tudo isto desaparecia. Por que razões? Não se sabe. Deixemos essa variável aberta: por decisão política, por morte lenta e natural da disciplina, por OPAs hostis de outras disciplinas, por intervenção cósmica, pouco importa. Apenas uma ressalva, pois em ficção científica é sempre necessário deixar umas migalhas de pão que nos deixem a possibilidade de retrair um percurso às arrecuas: o registo da antropologia permaneceria – nas bibliotecas e nos arquivos, na memória *cache* da internet, e mesmo até nas memórias de alguns praticantes sobreviventes.

A construção de cenários narrativos a partir destas premissas teria que jogar, é claro, com a cumplicidade e a partilha de conhecimento entre autor e leitores. Neste caso, o ficcionar do fim da antropologia teria que, de modo quase sistemático, elencar o que caracteriza a antropologia: objecto, métodos, técnicas, retóricas, temas, teriam que ser trazidos à baila, sob a forma da seguinte pergunta: quem, de que maneira e com que consequências, ficaria com o encargo antropológico? E se, na prossecução dessa tarefa

de gestão de uma herança, de um património, a natureza antropológica do encargo continuaria ou desapareceria ela também. Imaginemos, então.

Em primeiro lugar, a divisão institucional dos espólios. A ficção científica, a não ser quando é do género satírico e auto-reflexivo, deve sempre manter a verosimilhança. Sendo assim, o espólio antropológico – naquele sentido alargado que lhe dei acima – iria com certeza para áreas afins da antropologia. Conseguimos imaginar umas tantas: a História, a Sociologia, a Psicologia, a Filosofia, as Humanidades. Com algum esforço – ou talvez não, como veremos daí a pouco – conseguimos visualizar também a Economia e a Gestão, ou as Ciências Biológicas. Partilhas equitativas resultariam mais ou menos nisto: à Sociologia caberia ficar com uma especialização em sociedades não ocidentais e em sociedades camponesas, regressando a antropologia à sua origem britânica de sociologia das sociedades primitivas. À História caberia o estudo quer da história da antropologia, quer das transformações culturais, sob a rubrica da história social e das mentalidades, bem como o estudo da antropologia como prática científica do passado com responsabilidades políticas e epistemológicas graves- embora talvez os estudos culturais ou pós-coloniais se dedicassem mais a este tópico. À Psicologia caberia o segmento relativo à influência das diferenças culturais nas personalidades. À Filosofia caberia a antropologia mais dura, ligada à dimensão cognitiva e epistemológica. Às Humanidades mais tradicionais competiria o estudo das tradições populares e do folclore; já as mais modernas, como os Estudos Culturais, se preocupariam com a cultura popular no sentido mais urbano, mediatizado e mercadorizado. A Economia – e a Gestão – não desdenhariam o seu quinhão antropológico, sobretudo na vertente metodológica, substituindo os *focus groups* pela “etnografia” como forma de estudo de mercado. E as ciências Biológicas salvariam a antropologia biológica e física continuando quiçá, e em aliança com a psicologia evolutiva, o projecto neo-darwinista social.

Alternativamente à partilha do espólio pelas grandes disciplinas estabelecidas no curriculum universitário – no que seria um processo centrípeto – poderíamos imaginar um cenário em que o espólio daria azo a múltiplos projectos temático-disciplinares novos. Seria um fenómeno centrífugo. Teríamos, nesse caso, departamentos, revistas, centros e linhas de investigação nas seguintes áreas: Estudos Culturais, Etnografia, Estudos Coloniais, Estudos Pós-Coloniais, Estudos de Género e Sexualidade, Estudos

Cognitivos, Estudos das Representações e Mentalidades, Estudos Rurais, Estudos Religiosos, Estudos de Ritual e Performance, Estudos da Família e Parentesco, Estudos Raciais e Étnicos, Estudos de e de e de. A universidade e a ciência teriam pano para mangas em termos de desenvolvimento disciplinar e departamental.

Mas uma terceira via é ainda imaginável: a divisão do espólio por áreas geográficas, num manancial de classificações operando ora centrípeta ora centrifugamente: Estudos Europeus, Estudos Nórdicos, Estudos Eslavos, Estudos Mediterrânicos, Estudos Ibéricos, Estudos Portugueses, Estudos Transmontanos, Estudos Mirandeses, Estudos Africanos, Estudos Árabes, Estudos Islâmicos, Estudos sub-Saarianos, Estudos Malgaxes, Estudos Lusófonos, Estudos Asiáticos, Estudos do Sudeste Asiático, Estudos Indianos, Estudos Orientais, Estudos Sínicos, Estudos Americanos, Estudos Ameríndios, Estudos Brasileiros, Estudos Afro-Brasileiros, Estudos Oceânicos, Estudos, estudos, estudos.

Resolvido este problema institucional-disciplinar, haveria que fazer algo com os objectos, problemas e metodologia da antropologia. Vejamos algumas hipóteses:

a) À excepção talvez daqueles meios onde a perspectiva de Pierre Bourdieu tenha vingado, a cultura passaria a ser – ou tornaria a ser – o aspecto ideativo e representacional das estruturas sociais, ou um recurso simbólico para a cognição? Em muitas áreas deixaria de ser um conceito guarda-chuva para referir a partilha historicamente situada, politicamente contestada, e processualmente cambiável de significados para a acção social humana, para (tornar a) ser um objecto, uma coisa, um atributo de uma população, uma espécie de etno-genética? E a sua universalidade passaria, ou tornaria, a ser vista apenas enquanto aptidão evolutiva humana, sempre concretizada enquanto “cultura” específica, incomensurável e intradutível? Passaria a cultura a ser ou demasiado genérica, logo sem capacidade operativa, ou demasiado específica, dependendo de um princípio maior e mais fundamental de explicação, vindo de uma das áreas disciplinares referidas?

b) À excepção talvez daqueles meios onde a perspectiva etnográfica tal como a conhecemos hoje foi incorporada (penso em Willis, ou em Wacquant), será que a etnografia passaria a ser um método complementar da pesquisa social, uma espécie de

complemento onde estaria presente a “fala” dos inquiridos, sob a forma de transcrições de entrevistas – ou como já alguém disse, representações de representações? Passaria a etnografia a ser apenas a análise de conteúdo do olhar e da escrita etnográfica enquanto suposta experiência absurda e historicamente contingente e própria de práticas de colonização física e/ou mental? Passaria a etnografia a ser um utensílio não de compreensão das práticas e representações sociais *in situ* e num contexto específico, mas sim um meio para a obtenção de informações para propósitos utilitários e instrumentais?

Nem tão ficção nem tão científica

Não há ficção científica que se agüente sem que o universo ficcional remeta para o tempo e o lugar da escrita e da leitura do texto. Como já perceberam, as hipóteses acima aventadas pouco têm de ficcional. Elas estão aí, fora e dentro dos meios institucionais da antropologia.

A remissão das áreas antropológicas para outras disciplinas não é ficção científica. Não se trata de pôr em causa as virtudes da inter ou transdisciplinariedade. Trata-se, isso sim, de identificar processos de hegemonia e de poder que ocorrem pelo simples facto de as práticas disciplinares participarem de um mercado científico e duma estrutura social da ciência onde se luta por recursos escassos (materiais ou simbólicos) através da apropriação ou através da denegação de capitais acumulados, de mãos de obra, de mais valias, etc. Neste plano, há tendências mais ou menos universais e tendências mais localizadas entre nós, em Portugal. No plano mais universal, temos uma tendência crescente para a explicação dos fenómenos sociais e culturais por perspectivas neo-evolucionistas e neo-darwinianas que encontram as suas zonas de legitimação nalguns estudos genéticos, nalguma psicologia evolutiva e nalguns paradigmas económicos. Mas no plano que mais nos interessará aqui, o plano institucional português, a antropologia corre o risco de ser remetida para o estatuto de “ciência auxiliar”. De quem? De duas grandes instituições, uma de tempo longo e outra mais recente – a História e a Sociologia. É assim que na praça pública, os assuntos relacionados com a fome de explicações sobre estruturas profundas da sociedade portuguesa é saciada pelo recurso à História; e a fome de explicações – e de oráculos – sobre as transformações sociais recentes e as tendências para o futuro próximo se vai saciar pelo recurso à

Sociologia. Nada de errado aqui, dirão, e com razão. Não só são áreas nobres e legítimas do saber, como a própria antropologia se empenhou em criar zonas de contacto – desde a sua intimidade com a sociologia na linhagem da antropologia social, à criação da etnohistória. O problema está na forma como se vê a análise da Cultura tratada pela História e pela Sociologia *mainstream*: basta ver como, por exemplo em relação a Portugal como terreno e “problema”, a melhor ou mais conceituada História e a melhor ou mais conceituada Sociologia, param em Jorge Dias e no carácter nacional.

Dois exemplos recentes, referidos por Pina-Cabral¹, atestam o que estou a dizer. O primeiro diz respeito a França. Em Janeiro de 2006, a comunidade antropológica internacional foi confrontada com a notícia de que o CNRS contemplava a possibilidade de excluir a antropologia da sua lista de disciplinas, colocando-a em posição subsidiária na História. O segundo diz respeito ao ensaio de Giddens, “The Future of Anthropology” (1996)² em que, e nas palavras de Pina-Cabral,

Giddens finally discovered that ‘the exotic, far-away places which were once so inaccessible’ had vanished! This, he reckons, is a problem for anthropology, and so he lays down his now infamous definition of our discipline: ‘A discipline which deals with an evaporating subject-matter, staking claim to a method which it shares with the rest of the social sciences anyway, and deficient in its core theoretical traditions’ (1996: 123). (Pina Cabral 2006: 664)

O triunfo da história deve-se à sua relação íntima com a criação de narrativas e discursos fundamentais para a sobrevivência do estado-nação, mesmo com (ou apesar das) perspectivas mais críticas na disciplina. O triunfo da sociologia deve-se à sua capacidade para simultaneamente promover um discurso de crítica social e participar dos processos de decisão e planeamento, da governança, como agora se diz, por encomenda do estado. Isso é bastante óbvio em Portugal. O trauma “colaboracionista” da antropologia – vindo do período colonial na maior parte dos contextos – remete-a para o estudo internista e para uma perspectiva de crítica analítica que tem pavor da participação pública. Com razão ou não, é algo que está aberto à discussão.

¹ Pina Cabral, João, 2006, “‘Anthropology’ challenged: notes for a debate”, *Journal of the Royal Anthropological Institute* (N.S.)12: 663-673.

² Giddens, A. 1996, “The future of anthropology”, in *In defence of sociology: essays, interpretations and rejoinders*, pp 121-126. Cambridge: Polity Press.

A proliferação de estudos temáticos não é ficção científica. Terão reparado como o meu tom sarcástico no início é também... auto-sarcástico. De facto, todos sentimos a necessidade de criar zonas temáticas interdisciplinares. No entanto, o que se tem verificado, sobretudo no meio académico norte-americano, é a transformação de “estudos” em áreas disciplinares por si mesmas, com duas consequências problemáticas: por um lado, a ausência de um objecto científico geral; por outro, o ocultamento do trabalho feito pelas áreas disciplinares históricas, como a antropologia. Embora eu próprio me tenha dedicado, por exemplo, aos estudos pós-coloniais, apresentei uma crítica dos mesmos em 2000, em *Um Mar da Cor da Terra*. Talvez o caso mais avançado de “desestruturação por via do tema” seja os Estudos Culturais, provocadoramente criticados por Frank³ nesta passagem:

For all its generalized hostility to what it called “late capital,” cultural studies failed until very late in the decade to produce close analyses of the thought and daily life of business. Convinced that the really important moment of production was not in the factory or the TV studio but in living rooms and on dance floors as audiences made their own meanings from the text of the world around them, the cult studs generally left questions of industry alone. Not only did they fail to notice the anti-elitist and anti-hierarchical talk that was pouring forth from boardrooms, but they weren’t interested in noticing it as a matter of principle. (Frank, 2002: 31-32)

Esta vertente dos estudos culturais teria, a partir de uma postura radical de crítica da cultura de elites, acabado por reproduzir a cultura do mercado – num processo semelhante às críticas feitas por Jameson ou Žižek ao pós-modernismo e ao multiculturalismo, respectivamente, como pensamentos adequados ao capitalismo tardio e à globalização neo-liberal. Em Portugal não se identifica ainda esta tendência e em abono da verdade, algumas colaborações entre a antropologia e os estudos culturais têm sido profícuas – mas porque situadas em áreas muito específicas (a análise dos contextos literários coloniais ou das produções culturais na situação pós-colonial) e entre disciplinas consolidadas – a antropologia e as línguas e literaturas.

A proliferação de estudos regionais não é ficção científica. Ancorados numa tradição nobre de interdisciplinaridade, os estudos regionais tiveram o seu começo no contexto norte-americano das acções de desenvolvimento e mapeamento geo-estratégico.

³ Frank, Thomas, 2002, *New Consensus for Old*. Chicago: Prickly Paradigm Press.

Poderiam ser facilmente acusados de cumplicidade imperial e pós-imperial, no sentido em que reproduzem as classificações eurocêntricas e problematizam as geografias culturais neles implícitas, sobretudo através da transformação destas em objectos de pesquisa e escrutínio. Mas uma acusação desse tipo teria que ser submetida a escrutínio, o que não tem cabimento aqui. Em Portugal, esta tendência começa a estabelecer-se, sobretudo em tudo o que tenha a ver com a continuidade pós-colonial, em torno da Lusofonia e das articulações com os investimentos económicos e ideológicos nalgumas das ex-colónias. Aí, o saber antropológico ou não é mobilizado ou não é sequer oferecido, considerando o complexo colonial. Deixemos apenas no ar a hipótese de irmos a analisar as heranças, o percurso, as tendências da área regional mais forte em Portugal – os Estudos Africanos – e o papel que a(s) antropologia(s) joga(m) ou não aí.

Mas gostaria de caminhar para a conclusão com uma abordagem da coqueluche antropológica – a etnografia. As apropriações desviadas de etnografia tão-pouco são ficção científica. Por um lado, temos o crescente uso de “etnografia” por parte da sociologia. Não há nisto qualquer ilegitimidade, como é óbvio. Apenas se torna evidente que cada vez mais se entende por etnografia o complemento qualitativo de uma pesquisa cuja fonte de legitimidade se encontra na análise quantitativa, pelo que muitas vezes a “etnografia” se resume a uma colecção de vinhetas ilustrativas da voz dos informantes tal como interpretada e analisada pelo cientista. Este processo é qualitativamente diferente da metodologia da história oral desenvolvida pelos historiadores, por exemplo. Mais preocupante, todavia, é o uso crescente de “etnografia” por parte do Marketing e da Gestão. Prestemos atenção a esta notícia publicada no *Reno-Gazette Journal*:

Eight O’Clock Coffee Co. wanted its advertisements to hit people right where they live — in their own homes, just waking up in the morning, craving that first cup of coffee. So the company started studying how people actually use its products, taping them in their homes and in the process using an increasingly popular form of research: commercial ethnography. A mix of marketing and the techniques used by anthropologists, commercial ethnography can unearth information that more traditional research methods, such as focus groups, might miss. “The idea behind this was to see what people really do and think,” said David Allen, director of marketing for Montvale, N.J.-based Eight O’Clock Coffee. Jeffrey Wolf, a partner and director of account planning at the advertising firm, Deutsch Inc. in New York, said he first came across commercial ethnography 10 or 15 years ago, but more marketing researchers have been using it the last five years or so. “We’ve actually called on anthropologists to help us,”

Wolf said. “Essentially, it is observational research by a trained eye.” Jonna Holland, an assistant professor of marketing at the University of Nebraska at Omaha, said commercial ethnography had a slow start because it was difficult for some in the business world to turn from quantitative, survey-type information to qualitative, interpretive research. Now, “people are more accepting of it and are realizing its benefits,” she said. Eight O’Clock Coffee hired New York advertising agency The Kaplan Thaler Group Ltd., which had 14 families in Pittsburgh and Chicago use video cameras to record a typical morning. The “reality TV” segments from that first week in May show a struggle to get moving. A teenager, for example, slides from her bed to the floor and tries to protect her eyes from a bedroom light. One man waves away attempts to get him up and a distracted woman tips a bowl of cereal she is preparing, spilling milk onto the kitchen floor. Elisa Benjamin, a mother of two school-age children, participated in the videotaping at her home in Buffalo Grove, Ill., a suburb of Chicago. She said it was interesting and fun to have her morning routine turned into market research. “I have my cup of coffee when the kids leave,” she said. “It’s my first moment to take a breather. And it gives me energy.” Using the videos as inspiration, Kaplan Thaler created two television commercials that began airing in October along the East Coast and parts of the Midwest in a \$7 million, four-month campaign. One commercial shows 2004 International Whistlers Competition Entertainer of the Year Steve Herbst struggling to keep a tune until he has a cup of coffee. The second features 2004 WNBA Rookie of the Year Diana Taurasi unable to make a shot until she sips some Eight O’Clock Coffee. The ads play off Eight O’Clock’s sense of authenticity, which it has gained as a 145-year-old product of The Great Atlantic and Pacific Tea Co., before Eight O’Clock was acquired last year by San Francisco private equity firm Gryphon Investors, Allen said. Kaplan Thaler’s director of strategic planning and research, Chris Wauton, says a milestone in developing commercial ethnography came in 1979 with a book written by anthropologist Mary Douglas and economist Baron Isherwood titled, “The World of Goods: Towards an Anthropology of Consumption.” “Whereas the traditional approach was to ask a bunch of questions in a focus group or in a quantitative survey, people began to realize that the observational approach also might be a powerful tool,” Wauton said. “Actions speak louder than words.” The videotapes from people’s homes helped demonstrate that for many, dawn is not a rosy, romantic moment on a front porch in the countryside, Wauton said. “In real life, people stumble around, trying to get kids out of bed,” and coffee is the fuel that gets them dressed, fed and out the door, he said. Mike Sweeney, an advertising researcher with The Sterling Group, a brand strategy firm headquartered in New York, has been doing research through commercial ethnography in the town of Wahoo, Neb., during the last six years. Last spring, he visited for several hours with three couples in a home in Wahoo to talk about programming and recipes on cable television’s Food Network. Not immediately disclosing his purpose for being there, Sweeney helped focus the free-flowing conversation on food, then television shows about food, and finally the Food Network. Only later were the surprised couples told that a man sitting in on the discussion was a Food Network executive. (<http://www.rgj.com/news/stories/html/2004/11/27/86259.php>)

Será preciso comentar? Sem dúvida. Não podemos simplesmente demitir-nos da análise destes fenómenos por causa de uma atitude purista de desprezo. Apenas gostaria de deixar a pergunta: isto é etnografia?

Falei no início numa ucronia. Para de seguida demonstrar que estamos, na realidade, perante uma sincronia. Assistimos ao esvaziamento das áreas disciplinares tradicionais, mas a verdade é que umas esvaziam mais do que outras. E o vazio gerado pela antropologia é ocupado por outras disciplinas. No campo científico parece haver também horror ao vazio. E perguntava também, no início, sobre quem, de que maneira e com que consequências, ficaria com o encargo antropológico caso a antropologia acabasse? Vimos que as disciplinas mais articuladas com a gestão do estado e do mercado rapidamente avançariam – avançam já – para a apropriação selectiva de contributos da antropologia. O encargo antropológico, ao ser passado aos herdeiros, é desbaratado e transformado em algo de bem diferente. Na realidade, perante o fim da antropologia, o encargo – o caderno de encargos – da antropologia *desaparece*. Isto é, a capacidade humana universal para a cultura, e a capacidade humana universal para viver culturalmente de formas em constante processo de transformação por via das desigualdades e diferenças geradas por relações de poder, deixariam de ser objecto de escrutínio, nomeadamente através do recurso à etnografia densa e prolongada das práticas humanas em sociedade.